

Indicadores Sócioambientais da Prefeitura Municipal de Curitiba

Social and Environmental Indicators of Curitiba's City Hall

José Marcos Mariano¹

Flávio Ribeiro²

Romualdo Douglas Colauto³

Resumo

As organizações são cada vez mais exigidas a contribuírem para o desenvolvimento econômico sustentável. Nesse contexto, o Balanço Social surge como um instrumento de gestão e informação que visa destacar de forma transparente as informações econômicas e sociais aos mais diferenciados usuários. Embora o objetivo do setor público esteja alinhado a responsabilidade social, as discussões sobre adoção de Balanço Social nesse setor ainda são incipientes. Nesse sentido, como objetivo é mostrar os indicadores sociais da Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011 com base no modelo do Balanço Social proposto por Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008). O Balanço Social foi elaborado por meio das informações extraídas por meio de pesquisa documental em relatórios municipais públicos. Entre os resultados destacam-se que indicadores Sociais Externos em relação à educação apresentou um aumento significativo de 30% de 2009 para 2011. Nos indicadores Ambientais constatou-se significativo crescimento em investimentos ambientais de 47% de 2009 para 2011, demonstrando uma preocupação por parte da prefeitura municipal de Curitiba com meio ambiente. Na análise dos indicadores do Corpo Funcional ficou constatado que o percentual de chefias ocupadas por mulheres nos anos de 2009 a 2011 não chegou a 1% e o percentual de chefias ocupadas por negros no mesmo período chegou a 1%.

Palavras-chave: Balanço Social, Responsabilidade Social, Indicadores Socioambientais.

Abstract

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, Especialização em MBA Auditoria Integral pela Universidade Federal do Paraná-UFPR, Brasil. Contato: marcos.mariano@ig.com.br

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná-UFPR, Brasil. Contato: flavio.ribeiro@ufpr.br

³ Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Pós-Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná-UFPR e Coordenador do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPR, Brasil. Contato: rdcolauto.ufpr@gmail.com

Organizations are increasingly required to contribute to sustainable economic development. In this context, the Social Balance emerges as a management tool and information that aims to highlight transparently the economic and social information to more differentiated users. Although the aim of the public sector is aligned to social responsibility, the discussions about adopting Social Balance in this sector are still incipient. According, the objective is showing the social indicators of Curitiba's City hall in the years 2009 to 2011 based on the model proposed by Frey, Marcuzzo and Oliveira (2008). The Social Report was prepared by using the information extracted through document research on municipal public reports. Among the results, External Social Indicators in relation to education showed a significant increase of 30% from 2009 to 2011. In the Environmental Indicators it was observed a significant growth in environmental investments of 47% from 2009 to 2011, demonstrating a concern by the city hall of Curitiba with the environment. In the analysis of indicators of Functional Body it was found that the percentage of managers held by women in the years 2009 to 2011 was under 1% and the percentage of managers occupied by blacks in the same period reached 1%.

Keywords: Social Balance, Social Responsibility, Social and Environmental Indicators.

1. Introdução

A empresa não pode ser compreendida apenas como um conjunto de recursos materiais e humanos, que elabora ou modifica bens, concebe serviços e disponibiliza ao mercado consumidor. A criação de uma dimensão cultural destaca a complacência dos aspectos que a responsabilidade social vem assumindo nas relações organizacionais (MAZZIONI, GALANTE e KROETS, 2006). A responsabilidade social é produto de uma transformação no sistema de valores empresarial, onde o bem estar social está à frente da segregação da riqueza (TINOCO, 2000). De acordo com Melo Neto e Froes (1999) a responsabilidade social caracteriza-se como um acordo da organização com a sociedade, respaldando-se em um modo de prestação de contas pelas suas práticas, baseando-se na adequação e utilização de recursos que não estão naturalmente em seu poder. Assim, a responsabilidade social pode ser considerada uma relação da organização com um universo social e cultural, que influencia na concepção do papel da entidade diante da sociedade, por meio da regência dos valores e normas culturais comuns a sociedade.

As empresas são cada vez mais exigidas a contribuírem para o desenvolvimento econômico sustentável. A aceitabilidade das empresas no mercado tem sido gradativa e condicionada à demonstração de que realizam a referida contribuição. Para suprir a carência de instrumentos eficientes de avaliação de desempenho da empresa no campo da responsabilidade social, em diversos países, vem se propagando a divulgação de informações socioambientais por meio de instrumentos como o Balanço Social.

Nesse contexto, o Balanço Social emerge como um instrumento de gestão e informação que visa destacar de forma transparente as informações econômicas e sociais aos mais diferenciados usuários (TINOCO, 2000). Dada à importância dessa

demonstração, diversos pesquisadores tem despendido tempo com o propósito de analisar suas contribuições para diferentes tipos de entidades. Nas organizações privadas destacam-se pesquisas que relatam a importância do Balanço Social (GONÇALVES, 1980; TINOCO, 2000; PINTO; RIBEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2005; NOSSA; TEIXEIRA; FIORI, 2007) e sua relação com o desempenho organizacional (GRIFFIN e MAHON, 1997; MOORE, 2001, McWILLIAMS, SIEGEL e WRIGHT, 2006; CESAR, SILVA JUNIOR, 2008; PORTO et al., 2011; ROCA e SEARCY, 2012). Nas entidades públicas as discussões sobre adoção de Balanço Social ainda são incipientes. De forma que os estudos publicados em sua maioria são relacionados às propostas de modelos sociais (MAZZIONI, GALANTE e KROETS, 2006; FREY, MARCUZZO e OLIVEIRA, 2008; PORTO et al., 2011).

Com enfoque em entidades públicas, Mazzioni, Galante e Kroets (2006) apresentaram uma proposta de Balanço Social para prefeituras municipais. Tal proposta contempla as características dos entes públicos municipais e evidencia a dimensão social para auxiliar como instrumento no processo de gestão municipal. Os resultados do estudo demonstram a necessidade das entidades públicas complementarem a evidenciação das informações a população, adicionando aos relatórios econômicos e financeiros informações de caráter social e ecológico.

Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) também propuseram um modelo de Balanço Social para o setor público. Entretanto, a proposta baseia-se no modelo do Ibase adaptado as particularidades do orçamento e contabilidade da esfera pública. O modelo possibilita o conhecimento da efetividade das ações executadas para a sociedade, respeitando os princípios da administração pública.

Porto *et al.*, (2011), com o objetivo de criarem uma metodologia de apresentação das informações e resultados do desempenho público nas atividades administrativas, elaboraram um modelo baseado no Ibase e aplicaram no município de Vilhena em Rondônia. Os resultados demonstram que a utilização do Balanço Social auxiliou no planejamento e execução das atividades, bem como no fortalecimento da imagem e aumento da credibilidade pela responsabilidade social.

Assumir que a responsabilidade social, fomentar melhores condições de vida para a população por meio da adoção de políticas públicas e prestação de contas à sociedade dos recursos aplicados é uma função legal do ente público. Isto ajuda a melhorar a eficiência, eficácia e efetividade da gestão (FREY; MARCUZZO; OLIVEIRA, 2008). O Balanço Social emerge como um instrumento que permite o usuário das informações contábeis analisar a atuação social da organização, suas atitudes perante o meio ambiente e a comunidade, e sobretudo, a sua relação com os empregados (MAZZIONI, 2005). Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo mostrar os indicadores sociais da Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011 com base no modelo do Balanço Social proposto por Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008).

Estudos relacionados às modelagens de estruturas para o Balanço Social de entidades públicas ainda são embrionários no Brasil. Dessa forma, entende-se que pesquisas nessa linha justificam-se pela importância que a esfera municipal assume na estrutura do Estado. Além disso, a divulgação das ações sociais das organizações, dos planos internos voltados ao ativo humano, das políticas de investimentos direcionadas ao meio ambiente reforça a ideia da transparência de práticas de gestão adotadas. A evidenciação da formação e distribuição da riqueza e contribuições a entidades assistenciais são de grande utilidade uma vez que propicia um relacionamento mais

íntimo com o ente público e, conseqüentemente ajuda a melhor de imagem da organização, além de servir como excelente instrumento de controle e avaliação dos atos dos gestores públicos.

2. Caracterização do Balanço Social no Setor Público

As empresas públicas ou privadas são agentes sociais no processo de desenvolvimento do país. Sua extensão não se limita apenas a uma determinada sociedade, cidade, país, mas no modo que se organiza e atua, por meio de suas atividades efetivas (SOUZA, 1997). Nesse contexto, a prática da responsabilidade social surge para preencher essa lacuna informacional inerente a organização e a sociedade.

A responsabilidade social pode ser entendida como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY, 2002). Como forma de evidenciar a presença da responsabilidade social nas entidades públicas e privadas o Balanço Social surge como um instrumento de gestão e informação que evidencia informações econômicas e sociais, do desempenho da organização aos diferentes usuários (TINOCO, 2000). O Balanço Social emerge da crescente demanda, por parte da sociedade, de informações a respeito dos impactos que as atividades empresariais exercem sobre os trabalhadores, a sociedade, a comunidade e o meio ambiente. Os relatórios contábeis tradicionais priorizam informações de ordem financeira, econômica e patrimonial e não abordam elementos qualitativos ou fazem superficialmente, sendo, portanto, insuficientes para a avaliação do desempenho empresarial. Segundo Ribeiro e Lisboa (1999), o Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada.

Accountability é uma expressão que faz referência ao dever de prestar contas. Para Tinoco (2000) representa uma obrigação que as organizações possuem em prestar contas de seus resultados decorrentes de sua responsabilidade da delegação do poder. No caso do setor público, a prestação de contas é inerente ao seu objetivo de prestação de serviço público, possuindo caráter obrigatório decorrente da regulamentação da Constituição Federal de 1988 e outras legislações, entre as quais a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal assegurou o acesso social aos registros públicos, garantindo a oportunidade de consulta e apreciação das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, a sociedade (FREY; MARCUZZO; OLIVEIRA, 2008). Embora evidências demonstrem a preocupação das entidades públicas em divulgar informações, a complexidade dos relatórios compromete a compreensão por parte do cidadão. Nesse contexto, o Balanço Social atendendo aos dispositivos da legislação pública, surge como instrumento minimizador da assimetria informacional.

Carvalho (1990) menciona que o Balanço Social constitui-se em um instrumento de controle e de tomada de decisões e contribui para modificar a imagem pública das organizações, além de ser utilizado em alguns países como instrumento para negociações laborais entre as empresas e sindicatos. O Balanço Social demonstra os gastos e as influências recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica em determinado espaço temporal.

Com vistas a suprir necessidades de informações o Balanço Social apresenta como um dos principais objetivos, relatar a solidez das metodologias utilizadas para o crescimento da entidade e sua contribuição para a qualidade de vida da sociedade (KROETZ, 2001). Nessa perspectiva, Trevisan (2002) investigou a importância da prática

da responsabilidade social evidenciada no Balanço Social e constatou-se que há um movimento crescente de empresas no sentido de arcar com a responsabilidade em relação a seus colaboradores e a comunidade onde atuam. Por fim, o autor concluiu que o Balanço Social pode ser utilizado pelos executivos como um elemento estratégico de gestão.

Embora a noção de responsabilidade social tenha originado nos EUA em 1930, somente na década de 1960, com o surgimento de movimentos sociais contra empresas envolvidas em conflitos armamentistas, as organizações começaram a se preocupar com a publicação de informações com o intuito de prestar contas de suas atividades à sociedade (CUNHA, RIBEIRO, 2004).

A disseminação do Balanço Social no Brasil segue uma tendência americana fundamentada na demanda por informações acerca das relações sociais (SOUZA, KUHN e PACHECO, 2009). No entanto, a ausência de um modelo padronizado para divulgação provoca divergências informacionais para o usuário externo. Atualmente as empresas brasileiras dispõem de três modelos para divulgação de suas práticas de responsabilidade social: O modelo do Instituto Ethos; o *Global Reporting Initiative* - GRI e o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômica - IBASE.

O modelo do Instituto Ethos privilegia informações sobre o desenvolvimento social, econômico e ambiental incentivando a formação de uma cultura empresarial regada pela ética, princípios e valores. O modelo do GRI está mais voltado para a sustentabilidade econômica, social e ambiental conferindo a este a mesma utilidade e seriedade dos relatórios financeiros. O modelo desenvolvido pelo Ibase mostra a evolução dos indicadores sociais no contexto socioambiental envolvendo questões de educação, saúde, preservação do meio ambiente, valorização da diversidade, combate à fome, desenvolvimento de ações comunitárias, contribuições para aumento na qualidade de vida dos funcionários e criação de postos de trabalho. Godoy (2007) descreve que modo geral, há mais convergência do que divergência entre as demonstrações socioambientais. A maior semelhança refere-se aos modelos GRI e do Instituto Ethos, sendo que esse último foi elaborado respaldado no modelo do GRI. Entretanto, as informações contidas no modelo do Ibase são mais específicas, tornando o Balanço Social mais sintético e de fácil compreensão.

No setor público, a responsabilidade social é algo intrínseco. No entanto, pouco se discute sobre as formas de evidenciação das políticas públicas executadas a favor da sociedade. A responsabilidade social é traduzida na prática de ações que melhoram a qualidade da vida em sociedade. Apesar da responsabilidade social obter respaldo nos diferentes setores da economia, é no setor público que essa prática encontra-se institucionalizada. Assim, cabe ao Estado desenvolver ações que supram a carência da sociedade, além de outros benefícios que melhorem as condições de vida da população e assim, promovam a inclusão social (FREY; MARCUZZO; OLIVEIRA, 2008). O Balanço Social demonstra características intrínsecas que colaboram com o processo da divulgação de ações governamentais, contribuindo para a transparência, a publicidade e a eficiência da administração pública (MAZZIONI; GALANTE; KROETZ, 2006). Kroetz (2001) destaca que o Balanço Social ajuda o poder público elaborar planos estratégicos por meio da viabilidade na geração de informações sociais.

3 Metodologia do estudo

O estudo se caracteriza como descritivo e busca identificar os indicadores sociais na ótica do Balanço Social em uma prefeitura municipal do Estado do Paraná. Primeiramente, foram extraídos do banco de dados da Secretaria Municipal de Recursos Humanos os indicadores do corpo funcional. No site da prefeitura foram extraídos os dados da base de cálculo dos indicadores, e do Balanço Orçamentário, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção foram extraídos os dados para cálculo dos indicadores sociais internos e externos e ambientais para os períodos de 2009 a 2011.

Os dados referentes aos indicadores de efetividade de políticas públicas foram extraídos dos sites do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Para a análise das informações sociais utilizou o modelo de Balanço Social para o setor público municipal elaborado por Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) com base no modelo Ibase 2005.

4 Análise dos dados

Os dados referentes a receita corrente líquida (RCL), a receita de impostos e transferências (RI) e a folha de pagamento bruta (FPB) foram extraídos do Balanço Orçamentário, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal. Receita Corrente Líquida instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal serve para mensurar os limites de gastos públicos com pessoal e endividamento, podendo ser comparada à receita líquida da empresa privada e são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Base de Cálculo

Base de Cálculo	2009	2010	2011
Receita Corrente Líquida (RCL)	3.075.175.512,57	3.400.113.347,80	4.208.761.741,78
Receita de Impostos e Transferências (RIT)	2.121.646.454,13	2.365.055.321,61	3.094.919.810,87
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.460.449.626,72	1.630.532.654,54	1.857.869.574,46

Fonte: dados da pesquisa (2012).

O percentual da despesa total com pessoal foi de 39,90%. Ressalta-se que o limite máximo constante nos Incisos I, II e III do art. 20 da LRF é de 54% e o limite prudencial constante no § Único do art. 22 da LRF é de 51,3%. Assim, para a Administração Pública o percentual de 39,90% está abaixo do limite máximo gasto com pessoal conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na Tabela 2 apresentam-se os indicadores Sociais Internos correspondentes aos investimentos realizados ao público interno da entidade. Em outras palavras, representam os investimentos e benefícios fornecidos aos servidores internos, que contribuem para prestação de serviço a sociedade. Os indicadores sociais internos foram calculados com base na folha de pagamento bruta e na receita corrente líquida.

Tabela 2: Indicadores Sociais Internos

PERÍODOS	2009	2010	2011
----------	------	------	------

Indicadores Sócioambientais da Prefeitura Municipal de Curitiba

ISI	R\$	% FPB	% RC L	R\$	% FPB	% RCL	R\$	% FPB	% RCL
Alimentação	3.573.400	0,24	0,12	13.011.179	0,80	0,38	14.971.979	0,81	0,36
Diárias	33.840	0,00	0,00	141.336	0,01	0,00	101.294	0,01	0,00
Encargos sociais	176.475.813	12,08	5,74	261.587.719	16,04	7,69	263.454.783	14,18	6,26
Saúde e Segurança	36.179.508	2,48	1,18	57.289.646	3,51	1,68	54.631.981	2,94	1,30
Educação	366.793.809	25,12	11,9	390.269.961	23,94	11,48	470.747.925	25,34	11,18
Cultura	26.823.196	1,84	0,87	32.843.316	2,01	0,97	33.129.908	1,78	0,79
Creches e auxílio	129.564.077	8,87	4,21	171.481.652	10,52	5,04	188.512.038	10,15	4,48
Auxílio-transporte	32.897.307	2,25	1,07	38.249.617	2,35	1,12	42.966.437	2,31	1,02
Totais	772.340.953	52,88	25,1	964.874.427	59,18	28,38	1.068.516.348	57,51	25,39

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

A alimentação representa os subsídios na forma de auxílio refeição paga em pecúnia nos anos de 2009 a 2011 totalizou R\$ 31.556.559,24, representando 1,86% da folha de pagamento bruta. O pagamento do auxílio refeição em pecúnia teve um aumento a partir do mês de Junho/2010 devido as horas extras, DSR e o Programa de Produtividade e Qualidade (PPQ) ser excluídos da base de cálculos das vantagens para recebimento do auxílio refeição.

Todos os servidores deste município contribuem com 11% sobre as vantagens para o Instituto de Previdência dos Servidores e a parte da prefeitura corresponde a 22%. Estes valores são utilizados para concessão de todos os benefício previdenciários, incluindo a pensão por morte do servidor, auxílio doença, auxílio reclusão, salário maternidade e salário família. Quanto ao indicador de Saúde e Segurança, todos os servidores contribuem com um percentual de 3,14% e a empregadora com 3,65%. Estes valores são destinados a manutenção do plano de saúde. Destaca-se que em 2010 os gastos referentes à saúde representaram 1,68% da Receita Líquida Corrente.

A segurança e saúde no trabalho representa a parcela aplicada em segurança da população através da Guarda Municipal. A educação refere-se aos gastos com ensino fundamental para toda a população do município coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. A cultura representa os gastos com eventos e manifestações artísticas para toda a população. Capacitação e desenvolvimento profissional referem-se aos investimentos em treinamento, cursos, estágios voltados especificamente para capacitações relacionadas com a atividade desenvolvida pelos colaboradores e gerenciado pelo Instituto de Administração Pública – IMAP, dentre os projetos de capacitação dos servidores que estão em estágio probatório. O curso é realizado com uma aula presencial e a conclusão via internet.

O índice de creches ou auxílio-creche refere-se aos gastos com ensino infantil para toda a população do município coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. As diárias são despesas de alimentação, hotel e locomoção com o servidor público estatutário ou celetista, Secretários, Diretores. Os subsídios do auxílio transporte pago na forma de pecúnia nos anos de 2009 a 2011 representam um desembolso total de R\$114.102.361,90, 6,91% sobre a folha de pagamento bruta. O auxílio é pago no final do mês para uso no mês subsequente levando em conta o número máximo de 21 dias úteis, o valor é referente a quatro (4) vales/dia considerando o período de frequência e todos os

afastamentos. O desconto do auxílio transporte é feito por faixa sendo de 1%, 3% e 6% sobre o vencimento dos servidores.

Os indicadores Sociais Externos representam as aplicações realizadas em prol da população em geral. Esses indicadores foram adaptados dos relatórios contábeis da prefeitura em estudo e são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Indicadores Sociais Externos

ISE	2009			2010			2011		
	R\$	% FP	%/ RCL	R\$	% FPB	% RCL	R\$	% FP	% R
Segurança Pública	50.154.316	3,43	1,63	59.270.714	3,64	1,74	66.127.075	3,56	1,57
Assistência Social	106.382.739	7,28	3,46	99.789.364	6,12	2,93	118.544.805	6,38	2,82
Educação	631.553.372	43,24	20,54	689.330.993	42,28	20,27	820.818.515	44,18	19,50
Cultura	38.994.241	2,67	1,27	43.931.890	2,69	1,29	44.227.172	2,38	1,05
Saúde	821.442.774	56,25	26,71	850.546.238	52,16	25,02	979.975.005	52,75	23,28
Saneamento	91.004.635	6,23	2,96	131.962.551	8,09	3,88	166.602.219	8,97	3,96
Habitação	65.836.777	4,51	2,14	31.123.408	1,91	0,92	42.024.950	2,26	1,00
Trabalho	17.027.888	1,17	0,55	34.895.225	2,14	1,03	35.603.391	1,92	0,85
Urbanismo	996.274.802	68,22	32,4	1.060.543.940	65,04	31,19	1.240.440.681	66,77	29,47
Indústria	380.000	0,03	0,01						
Comércio e Serviços	43.542.135	2,98	1,42	49.546.427	3,04	1,46	59.972.233	3,23	1,42
Desporto e Lazer	18.933.896	1,30	0,62	21.662.294	1,33	0,64	40.531.374	2,18	0,96
Total de contribuição	2.881.527.581			3.072.603.049			3.614.867.424		
Totais	2.881.527.581			3.072.603.049			3.614.867.424		

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Os gastos com segurança pública referem-se ao policiamento, defesa civil e programas de segurança social à criança e ao adolescente e a comunidade em geral. Embora se constate um ligeiro aumento dos gastos em segurança pública, a relação entre o total de investimentos e a Receita Corrente Líquida apresentou uma leve queda de 2010 (1,74%) a 2011 (1,57%). A Assistência Social representa os gastos em programas de assistência a idosos, portadores de deficiência física, as crianças e adolescentes, bem como assistência comunitária. O percentual de investimentos teve uma redução em relação ao total das Receitas Líquidas Correntes, o que assegura afirmar que apesar do aumento de receitas, os valores revertidos a assistência social foram inferiores aos anos anteriores.

A educação apresentou um aumento significativo de 30% de 2009 a 2011. Entretanto, quando comparados com o total de receitas corrente líquidas, nota-se que os gastos com ensino fundamental, médio, profissional e superior foi o menor dos três períodos. À exemplo da educação, os gastos com saúde em 2011 foram os menores quando comparados ao total de receitas arrecadadas pela prefeitura municipal. Em um contexto geral, os gastos externos apresentaram nos exercícios de 2009 a 2011 uma variação menor de 25% em comparação as receitas líquidas correntes que foram de 37%. Por esse motivo, nota-se que apesar do aumento de investimentos no decorrer dos períodos, em termos percentuais, não foram suficientes para manter sua representatividade estável.

Os indicadores Ambientais são apresentados na Tabela 4 e referem-se aos investimentos realizados para a preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas e promoção da produção vegetal.

Tabela 4: Indicadores Ambientais

Indicadores Ambientais	2009			2010			2011		
	R\$	% FPB	% RCL	R\$	% FPB	% RCL	R\$	% FPB	% RCL
Preservação e Conservação Ambiental	4.861.470	0,33	0,16	5.043.176	0,31	0,15	7.189.183	0,39	0,17
Controle Ambiental	19.817.103	1,36	0,64	19.907.448	1,22	0,59	28.806.502	1,55	0,68
Recuperação de áreas	1.404.428	0,10	0,05	2.570.784	0,16	0,08		0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	8.624.492	0,59	0,28	10.274.244	0,63	0,30	12.704.206	0,68	0,30
Outros	1.290.529	0,09	0,04	255.655	0,02	0,01	4.195.280	0,23	0,10
Totais	35.998.023	2,46	1,17	38.051.308	2,33	1,12	52.895.172	2,85	1,26

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Constata-se um significativo crescimento em investimentos ambientais, aproximadamente 47% de 2009 a 2011, isso demonstra uma preocupação por parte da prefeitura municipal com meio ambiente. Entre os investimentos realizados, destacaram-se os gastos com controle ambiental que saltou de R\$ 19.907.448 em 2009 para 28.806.502 em 2011. Os indicadores de Gestão Fiscal representam os limites constitucionais e legais que o poder público deve observar no gasto de seus recursos e são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Indicadores de Gestão Fiscal

Indicadores de Gestão Fiscal	2009			2010			2011		
	R\$	% RI	% RCL	R\$	% RI	% RCL	R\$	% RI	% RCL
Gastos com pessoal Executivo	1.218.006.673	57,4	39,61	1.336.203.201	56,50	39,30	1.514.161.637	48,92	35,98
Gastos com pessoal Legislativo	67.742.837	3,19	2,20	72.991.137	3,09	2,15	81.031.535	2,62	1,93
Aplicação Legal Manutenção/Desenvol./Ensino	601.621.485	28,3	19,56	678.432.816	28,69	19,95	792.685.143	25,61	18,83
Aplicação Legal Ações/Serviço Público e Saúde	801.649.097	37,7	26,07	843.789.062	35,68	24,82	952.962.907	30,79	22,64

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal destacam-se quatro indicadores: os gastos com pessoal executivo, gastos com pessoal legislativo, aplicações legais com ensino e aplicações legais com saúde. A Lei de Responsabilidade Fiscal menciona que os gastos com pessoal do poder executivo não podem exceder 54% da receita corrente líquida do município. Dessa forma, notou-se que a prefeitura municipal respeitou a referida lei apresenta valores inferiores ao máximo permitido. Da mesma forma, em relação aos gastos com pessoal legislativo, a entidade municipal não extrapolou os 6% mencionados em lei.

Os gastos com a manutenção da educação estão de acordo com o limite mínimo de 25% das receitas proveniente de impostos, conforme estipulado no art. 212 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, destaca-se que em 2011 os investimentos percentuais decresceram atingindo valores próximos ao estabelecido em lei. Em relação aos gastos com saúde, a Constituição Federal fixa o percentual mínimo em 15%. Contudo, observa-se que em todos os exercícios os gastos superaram o dobro exigido legalmente.

Os indicadores de Efetividade das políticas públicas referem-se ações políticas adotadas pelo setor público e estão alinhados a preocupação de melhoria de condições de vida da sociedade. Na Tabela 6 apresentam-se os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 2000.

Tabela 6: Índices de Desenvolvimento Humano Municipal de 2000

Educação	Município	Estado
Taxa de alfabetização	96,63	90,47
Taxa bruta de frequência à escola	90,44	82,88
Longevidade		
Esperança de vida ao nascer	71,57	69,83
Renda		
Renda Municipal <i>per capita</i>	619,82	321,39

Fonte: dados da pesquisa (2012)

Os indicadores de educação, longevidade e renda foram superiores aos índices estaduais. A exemplo disso, notou-se que a taxa de alfabetização é de aproximadamente 97%, enquanto a taxa média estadual está em 90%. A esperança de vida das pessoas que nascem na capital é em média quase dois anos superior a média estadual. A renda *per capita* é outro indicador que merece destaque, constatou-se que com base nas informações do ano de 2000 as pessoas que vivem na cidade recebem um valor próximo ao dobro da média do estado. Na Tabela 7 apresentam-se os Índices de Desenvolvimento Econômico – EIDESE de 2009, 2010 e 2011.

Tabela 7: Índices de Desenvolvimento Econômico – EIDESE de 2009, 2010 e 2011

Educação	Ano	Município	Estado	Ano	Município	Estado	Ano	Município	Estado
Taxa de evasão escolar	2009	7,00	8,30	2010	4,70	6,70	2011	4,30	6,00
Taxa de reprovação no ensino fundamental	2009	7,90	8,80	2010	8,90	9,20	2011	8,50	9,50
Saúde									
Taxa de mortalidade infantil	2009	10,96	12,48	2010	9,11	12,10	2011	8,70	11,56
Renda									
% de indigentes							2000	3,52	9,27
% de pobres							2000	9,06	23,69

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

As taxas de evasão escolar e reprovação no ensino fundamental sempre se mostraram inferiores à média estadual. Os indicadores de renda demonstram a incidência de menos pobre e indigente na capital do que no resto do estado, ou seja, enquanto no ano 2000, a cada cem pessoas quatro eram indigentes e nove pobres, no Paraná, para esse mesmo número de pessoas nove eram indigentes e vinte quatro pobres. Na Tabela 8 apresentam-se os Índices referente ao Saneamento e Domicílio de 2000.

Tabela 8: Índice Saneamento e Domicílio de 2000.

Índices	Município	Estado
% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	99,03	94,75
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	97,56	89,25
% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	99,48	97,06
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	99,91	97,71
% de pessoas que vivem em domicílios próprios e quitados	70,85	67,98

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Outro indicador merecedor de análise é o indicador de saneamento e domicílio. Os dados de 2000 demonstram que mais de 99% da população possui água encanada, energia elétrica e serviço de coleta de lixo em seu domicílio. Além disso, mais de 70% dos curitibanos vivem em residências próprias e quitadas.

Os indicadores do Corpo Funcional quantificam numérica ou percentualmente o número de servidores ativos, inativos e pensionistas até o final do período de fechamento do demonstrativo proposto; o número de admissões, o número de empregados terceirizados, empregados acima de 45 anos e estagiários, o número de mulheres e negros, bem como o percentual desses grupos que ocupam cargos de chefia e o número de portadores de deficiência física ou de necessidades especiais que trabalham na organização. A esses, foram adicionados subindicadores específicos do setor público, de grande representatividade, que quantificam o número de cargos políticos existentes na organização, o número de servidores que possuem cargos de confiança e o número de servidores efetivos que ingressaram no serviço público por meio de concurso, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9: Indicadores de Corpo Funcional

Indicadores / Anos	2009	2010	2011
Número de servidores ativos ao final do período	31.090	31.734	31.366
Número de servidores inativos no final do período	6.824	7.200	7.318
Número de admissões durante o período	2.534	2.263	1.375
Número de empregados terceirizados	0	0	0
Número de estagiários	2.797	2.432	2.472
Número de servidores acima de 45 anos	16.324	17.385	17.739
Número de mulheres que trabalham na organização	23.209	24.270	24.671
Percentual de cargos de chefia ocupados por	0,87%	0,91%	0,94%
Número de negros que trabalham na organização	390	433	468
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	0,51%	0,92%	1,07%
Número de portadores de necessidades especiais	0	0	71
Número de Cargos Políticos	431	429	431
Número de Servidores de Cargo de Confiança	68	77	98
Número de Servidores Efetivos	31.090	31.734	31.366
Número de Servidores no regime da CLT	3	3	3

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Os indicadores mostram que prefeitura municipal teve um aumento no seu quadro de pessoal ao longo dos três anos, passando de 31.090 para 31.366 no número de servidores ativos. Nesse mesmo período, houve um aumento no número de servidores que se aposentaram passando de 6.824 para 7.318. Já o número de admissões realizadas no ano de 2009 a 2011 teve uma redução de 2.534 passando para 1.395.

Ressalta-se que a prefeitura em estudo não trabalha com serviços terceirizados, sendo o quadro de servidores concursados. O número de estagiários segundo dados levantados junto ao órgão responsável pela contratação dos estagiários que prestam serviços para a prefeitura diminuiu de 2.797 para 2.472.

Na Tabela 9 evidencia-se também o número de servidores acima de 45 anos que nesse contexto teve uma elevação passando de 16.324 para 17.739. Para os analistas, esse tipo de informação pode ser relevante, testemunhando a concentração das pessoas por idade na organização. Sabe-se que existem entidades em que o fator idade e antiguidade

no emprego e fonte de vantagem competitiva. O número de mulheres que trabalhou na prefeitura nos anos de 2009 a 2011 aumentou de 23.209 para 24.671. O curioso é que as Secretarias concentraram o maior número de mulheres foram a de Educação e a Secretaria de Saúde.

O percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres nos anos de 2009 a 2011 teve um aumento de 0,87% passando para 0,94% das vagas. O número de negros passou de 390 para 468. O percentual de chefias ocupado por negros no mesmo período de 2009 a 2011 teve um aumento de 0,51% passando para 1,07%. O número de servidores portadores de deficiência ou necessidades especiais foi de 71 servidores no ano de 2011, não tendo dados levantados nos anos de 2009 e 2010 pelo fato da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência ter sido criada no ano 2010.

Os cargos políticos nos anos de 2009 a 2011 permaneceram em 431. Já o número de servidores de cargo em confiança passou de 68 para 98. O número de servidores efetivos são aqueles que foram contratados através de concurso público no regime Estatutário nos anos de 2009 a 2011 passou de 31.090 para 31.366 servidores. O número de servidores no regime da Consolidação das Leis do Trabalho nos anos de 2009 a 2011 permaneceu com apenas três servidores.

Quanto às informações sobre o exercício da cidadania e da transparência da gestão, observa-se na Tabela 10 uma grande heterogeneidade entre os recebíveis, isso demonstra que há pessoas ganhando muito enquanto outras possuem um salário 2433 vezes menor, conforme indicado em 2011.

Tabela 10: Informações sobre o exercício da cidadania e da transparência da gestão

Indicadores	2009	2010	2011
Relação entre a maior e a menor remuneração da organização	2037%	1877%	2433%
Número de acidentes de trabalho	0	0	0
Número de convocações à comunidade para definir sobre investimentos públicos	44	44	44
Número de Conselhos existentes para decidir sobre ações governamentais, que tenham representantes da comunidade	26	26	26
Número de projetos em andamento da gestão anterior	1	1	1
Número de projetos iniciados na gestão anterior com continuidade na gestão atual	1	1	1
Os programas elencados no orçamento voltados à comunidade foram definidos pelo(a):	[X] executivo [X] legislativo [X] comunidade	[X] executivo [X] legislativo [X] comunidade	[X] executivo [X] legislativo [X] comunidade
No que se refere à transparência da gestão dos recursos públicos e da participação popular	[X] são praticados mesmo sem exigência legal	[X] são praticados mesmo sem exigência legal	[X] são praticados mesmo sem exigência legal
Os mecanismos praticados para garantir a transparência da gestão pública e incentivar a participação popular contemplam:	[X] publicações internas [X] publicações externas [X] audiência pública	[X] publicações internas [X] publicações externas [X] audiência pública	[X] publicações internas [X] publicações externas [X] audiência pública
O índice de participação da comunidade nas audiências públicas é considerado	[X] médio	[X] médio	[X] médio
No que se refere ao atendimento de reclamações e críticas da comunidade	[X] há setor responsável	[X] há setor responsável	[X] há setor responsável
Número total de reclamações e críticas da comunidade	1.795.041	1.775.461	1.582.899
% de reclamações e críticas solucionadas	[X] não há controle	[X] não há controle	[X] não há controle

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Em relação aos programas voltados a comunidade observou-se a presença nas três esferas: executivas, a legislativas e a comunidade. Outro ponto merecedor de destaque é o número de reclamações e críticas da comunidade. As críticas são recebidas pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão por meio da central telefônica 156, internet e chat. Constatou-se predomínio de reclamações na Central 156, estas somaram 1.582.899 reclamações em 2011. As informações decorrentes do percentual de reclamações e críticas solucionadas não foram disponibilizadas pelo ente público.

5 Considerações finais

O estudo objetivou mostrar os indicadores sociais da Prefeitura Municipal de Curitiba nos anos de 2009 a 2011 com base no modelo do Balanço Social proposto por Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008). Para alcançar o objetivo foi realizada uma pesquisa documental de fontes públicas, além da consulta na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Secretaria Municipal de Finanças e Recursos Humanos. No site da Prefeitura Municipal de Curitiba na Secretaria Municipal de Finanças foram extraídos

os dados da base de cálculo dos indicadores, os Indicadores Sociais Internos foram levantados com base em informações do Balanço Orçamentário, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção.

Constatou-se no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do ano de 2010 que o gasto foi de 39,90%, sendo o limite máximo (incisos, I, II e III, art. 20 da LRF de 54%, e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) é 51,3%. Na análise dos indicadores Sociais Internos ficou constatado que o benefício da alimentação fornecido aos servidores em forma de pecúnia e somente para alguns servidores que não ultrapassem um limite de vantagens em R\$1.341,90 base de cálculo para recebimento.

Com relação aos indicadores Sociais Externos, notou-se que a educação apresentou um aumento significativo de 30% de 2009 a 2011. Entretanto, quando comparados com o total de receitas corrente líquidas os gastos com ensino fundamental, médio, profissional e superior foi o menor dos três períodos. Partindo do exemplo da educação, os gastos com saúde em 2011 foram os menores quando comparados ao total de receitas arrecadadas pela prefeitura. Em um contexto geral, os gastos externos apresentaram nos exercícios de 2009 a 2011 uma variação menor, 25%, que as receitas líquidas correntes, 37%. Por esse motivo, nota-se que apesar do aumento de investimentos no decorrer dos períodos, em termos percentuais, não foram suficientes para manter sua representatividade estável.

Sobre aos indicadores Ambientais constatou-se significativo crescimento em investimentos ambientais, aproximadamente 47% de 2009 a 2011. Isso demonstra uma preocupação por parte da prefeitura municipal de Curitiba com meio ambiente. Entre os investimentos realizados, destacaram-se os gastos com controle ambiental que saltou de R\$ 19.907.448 em 2009 para R\$ 28.806.502 em 2011. Quanto aos indicadores de Gestão Fiscal observou-se que em todos os exercícios o total de investimentos em educação respeitou o mínimo exigido. Em relação aos gastos com Saúde, a Constituição Federal, fixa o percentual mínimo em 15%. Entretanto, verificou que em todos os exercícios os gastos superaram o dobro exigido legalmente, o que comprova preocupação dos gestores municipais com a saúde de Curitiba.

Tomando-se como base os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), constatou-se que os indicadores de educação, longevidade e renda foram superiores aos índices estaduais. A esperança de vida das pessoas que nascem na capital é em média quase dois anos superior à média estadual. A renda *per capita* é outro indicador que se destacou evidenciando que no ano de 2000 as pessoas que viviam em Curitiba recebiam aproximadamente o dobro da média do estado. Infelizmente não foram encontrado dados recentes para serem comparados ao ano de 2000.

Na análise dos indicadores do Corpo Funcional ficou constatado que o percentual de chefias ocupadas por mulheres nos anos de 2009 a 2011 não chegou a 1% e o percentual de chefias ocupadas por negros no mesmo período chegou a 1%. O número de servidores portadores de deficiência ou necessidades especiais foi de 71 servidores no ano de 2011 muito abaixo dos 31.366 servidores ativos. Ficou explícito que o número de cargos políticos esta superior ao número de servidores em cargo de confiança. Outro ponto merecedor de destaque são o numero de reclamações e críticas da comunidade que em 2011 representaram 1.582.899 reclamações, das quais, 1.475.337 foram provenientes da central telefônica, 48.477 da internet e 59.115 dos chats.

Enfim, dada a importância da prestação de contas por entidades públicas, a elaboração do Balanço Social pelas referidas entidades se torna um instrumento essencial na divulgação de informações socioambientais para a sociedade. Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se realizar uma pesquisa envolvendo outras prefeituras, para que possa ser feita comparações nos indicadores sociais internos e do corpo funcional. Além disso, verificar uma fórmula para que o auxílio refeição em pecúnia seja concedido a todos os servidores e também pesquisar o motivo do percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres estar baixo.

Referências

- ALONSO-ALMEIDA, Maria D. M. GARCIA, Martha P. R. ALEJANDRO, Klender A. C. QUINTERO, José L. A. La responsabilidad social corporativa y El desempeño financiero: um analisis na empresas maxicanas que cotizan em La bolsa. **Contaduría y Administracion**. v. 57. p. 53-77. 2012.
- ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARVALHO, Eduardo. **O balanço social da empresa: uma abordagem sistêmica**. Portugal: Minerva, 1990.
- CESAR, J. F; SILVA JR., A. A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. In: Encontro da ANPCONT em Ciências Contábeis, 2, 2008, Salvador. **Anais ...** Salvador: ANPCONT, 2008.
- CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração – Eletrônica*, v.1, n. 1, p. 1-23, 2008.
- FREY, Márcia Rosane; MARCUZZO, Juliana Luísa; OLIVEIRA, Carine. O Balanço Social como ferramenta de transparência para o setor público municipal. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 4, nº 2, p. 75-92, 2008.
- GRAY, Rob, COLLISON, David, BEBBINGTON, Jan. Environmental and social accounting & reporting. **Center for Social and Environmental Accounting Research**. 1998.
- GONÇALVES, Ernesto Lima (org.). **Balanço Social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa**. Balanço Social da empresa na América Latina. Pioneira: São Paulo, 1980.
- GRIFFIN, Jennifer J. MAHON, John F. The corporate social performance and corporate financial performance debate. **Business & Society**. v. 36. p. 5-31. 1997.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO, Márcio A. V. MACHADO, Márcia R. Responsabilidade Social impacta no Desempenho Financeiro das Empresas? **Advances in Scientific and Applied Accounting**. v. 4. p. 2-23. 2011.
- MARTINS, Eliseu. Balanço Social – Ideia que merece permanecer. **Gazeta Mercantil**. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>. Acesso em: 28 set. 2012.

MAZZIONI, Sady. **Delineamento de um modelo de Balanço Social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

_____; GALANTE, C.; KROETS, C. E. S. Delineamento de um modelo de Balanço Social para prefeituras municipais. In. 6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2006.

McWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S.; WRIGHT, P. M. Corporate social responsibility: strategic implications. **Journal of Management Studies**. v. 43, n. 1, p. 1 – 18, 2006.

MELO NETO, Francisco P. FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOORE, Geoff. Corporate Social and Financial Performance: An investigation in the U. K. Supermarket Industry. **Journal of Business Ethics**. v. 34. p. 299-315. 2001.

NOSSA, Silvania Neris; TEIXEIRA, Aridelmo José C.; FIORIO, Simone Luiza. Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre balanço social e demonstração de valor adicionado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, nº 2, p. 89-118, 2007.

OLIVEIRA, José Antônio P. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores. **RAE**, v.4, n. 1, p. 1-19, 2005.

PINTO, Anacleto L. RIBEIRO, Maísa de S. Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 36. p. 21-34, 2004.

PORTO, Wellington Silva; CARNEIRO, Alexandre de Freitas; PIMENTEL, Fabíola Marques; HATAKA, Lelio Miki. Proposta de balanço social para a área pública municipal e sua aplicação no município de Vilhena - RO. **Revista Científica Internacional**, v. 4, nº 18, p. 1-26, 2011.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 115, p. 72-81, 1999.

ROCA, Laurence C. SEARCY, Cory. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**. v. 20. p. 103-118. 2012.

SOUZA, Herbert de. Empresa pública e cidadã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1997.

SOUZA, Diocesar C. KUHN, Marcos R. PACHECO, Vicente. Balanço Social: uma análise comparativa entre objetivos propostos na literatura e a realidade empírica. **Revista Capital Científico**. v. 7. n. 1. 2010.

TINOCO, João E. P. **Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações**. Atlas: São Paulo, 2000.

_____. Contribuição ao estudo da mensuração, avaliação e evidencição de recursos humanos. **Revista Contabilidade & Finanças**. Ed. Comemorativa. p. 66-78. 2003.

TREVISAN, Fernando Augusto. Balanço Social como instrumento de marketing. **Revista de Administração de Empresas (RAE – eletrônica)**, v.1, n. 2, p. 1-12, 2002.